

OS ARQUIVOS MUNICIPAIS DAS REGIÕES AUTÓNOMAS DA MADEIRA E DOS AÇORES (PORTUGAL): EM TORNO DOS PERFIS DOS PROFISSIONAIS DA INFORMAÇÃO

**Laureano S. Ascensão de Macedo, Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal,
<https://orcid.org/0000-0001-7251-7314>**

**Carlos Guardado da Silva, Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal,
<https://orcid.org/0000-0003-1490-8709>**

**Luís Miguel Nunes Corujo, Universidade de Lisboa (ULisboa), Portugal,
<https://orcid.org/0000-0003-4411-2453>**

RESUMO

O objetivo desta comunicação consiste em apresentar os resultados de um estudo sobre os recursos humanos nos serviços de arquivo municipal nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores. Para garantir o bom funcionamento desses serviços, é essencial compreender a situação dos arquivos públicos, que muitas vezes são negligenciados nas estatísticas nacionais. Além disso, é relevante notar que os municípios insulares não participaram do Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais entre 1998 e 2007. Os dados foram recolhidos ao longo de sete inquéritos realizados pelo Grupo de Trabalho de Arquivos Municipais da Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas e Documentalistas de 1998 a 2022. No entanto, a baixa taxa de resposta dificultou a obtenção de um retrato claro dos profissionais de arquivos nas Regiões Autónomas. O estudo visa responder à pergunta sobre o perfil do Profissional Gestor de Informação nos Arquivos Municipais das Regiões Autónomas. Isso inclui profissionais com formação em Ciência da Informação e aqueles sem formação académica específica, mas que trabalham na gestão da informação arquivística. O estudo utilizou métodos mistos, incluindo inquéritos por questionário e pesquisa documental, abrangendo os 30 municípios insulares. A análise preliminar dos dados mostrou que a maioria dos municípios possui arquivos municipais, mas muitos deles não estão abertos ao público, devido à falta de políticas públicas de informação adequadas. No que diz respeito aos profissionais, a maioria é do sexo feminino, e a categoria profissional mais comum é a de Assistente Técnico. A formação académica na área da Ciência da Informação é limitada. Além disso, há um envelhecimento da força de trabalho. Em suma, este estudo revela desigualdades nos serviços de arquivo municipal nas Regiões Autónomas, com municípios mais urbanos tendendo a ter melhores serviços. Recomenda-se uma maior profissionalização e valorização deste setor, reconhecendo seu papel na modernização da administração pública local.

Palavras-Chave: Recursos Humanos; Arquivo Municipal; Regiões Autónomas (Madeira e Açores); Profissional Gestor de Informação; Políticas Públicas de Informação.

LOS ARCHIVOS MUNICIPALES DE LAS REGIONES AUTÓNOMAS DE MADEIRA Y AZORES (PORTUGAL): SOBRE LOS PERFILES DE LOS PROFESIONALES DE LA INFORMACIÓN

RESUMEN

El objetivo general de esta comunicación es presentar los resultados de un estudio empírico sobre el perfil de los recursos humanos que trabajan en los servicios de archivo municipal en las Regiones Autónomas de Madeira y Azores. Dado que el funcionamiento eficiente de estos servicios depende de

la presencia de estos profesionales, es importante conocer la realidad de estos archivos públicos, que tienden a quedar en la margen de las principales proyecciones estadísticas de alcance nacional. Además, los municipios insulares no solicitaron participar en el Programa de Apoyo a la Red de Archivos Municipales lanzado por el Instituto de Archivos Nacionales/Torre do Tombo en 1998 y que estuvo vigente hasta 2007. Para comprender la situación de estos servicios en los ayuntamientos, es necesario mapear el perfil de los profesionales cuyo trabajo se centra en la gestión de la información archivística. Los datos se recopilaban a lo largo de siete encuestas realizadas por el Grupo de Trabajo de Archivos Municipales de la Asociación Portuguesa de Bibliotecarios, Archiveros y Documentalistas desde 1998 hasta 2022. Sin embargo, la baja tasa de respuesta dificultó obtener una imagen clara de los profesionales de archivos en las Regiones Autónomas. El estudio tiene como objetivo responder a la pregunta sobre el perfil del Profesional Gestor de Información en los Archivos Municipales de las Regiones Autónomas. Esto incluye a profesionales con formación en Ciencia de la Información y aquellos sin formación académica específica pero que trabajan en la gestión de la información archivística. El estudio utilizó métodos mixtos, incluyendo encuestas por cuestionario e investigación documental, abarcando los 30 municipios insulares. El análisis preliminar de los datos mostró que la mayoría de los municipios tienen archivos municipales, pero muchos de ellos no están abiertos al público debido a la falta de políticas públicas de información adecuadas. En cuanto a los profesionales, la mayoría son mujeres, y la categoría profesional más común es la de Asistente Técnico. La formación académica en el campo de la Ciencia de la Información es limitada. Además, hay un envejecimiento de la fuerza laboral. En resumen, este estudio revela desigualdades en los servicios de archivo municipal en las Regiones Autónomas, con los municipios más urbanos teniendo mejores servicios. Se recomienda una mayor profesionalización y valorización de este sector, reconociendo su papel en la modernización de la administración pública local.

Palabras-Clave: Recursos Humanos; Archivo Municipal; Regiones Autónomas (Madeira e Azores); Gestor de Información; Políticas Públicas de Información.

***THE MUNICIPAL ARCHIVES OF THE AUTONOMOUS REGIONS OF MADEIRA AND THE AZORES
(PORTUGAL): ON THE PROFILES OF INFORMATION PROFESSIONALS***

ABSTRACT

The general objective of this communication is to present the results of an empirical study on the profile of human resources working in municipal archive services in the Autonomous Regions of Madeira and the Azores. Since the efficient operation of these services depends on the presence of these professionals, it is important to understand the reality of these public archives, which tend to remain on the margins of the main national statistical projections. In addition, island municipalities did not apply to participate in the Municipal Archives Network Support Program, launched by the National Archives Institute/Torre do Tombo in 1998 and in effect until 2007. To understand the situation of these services in municipalities, it is necessary to map the profile of professionals whose work focuses on archival information management. Data was collected through seven surveys conducted by the Municipal Archives Working Group of the Portuguese Association of Librarians, Archivists, and Documentalists from 1998 to 2022. However, the low response rate made it difficult to obtain a clear picture of archive professionals in the Autonomous Regions. The study aims to answer the question about the profile of the Information Manager Professional in the Municipal Archives of the Autonomous Regions. This includes professionals with training in Information Science and those without specific academic qualifications but working in archival information management. The study used mixed methods, including questionnaire surveys and documentary research, covering the 30 island municipalities. Preliminary data analysis showed that most municipalities have municipal archives, but many of them are not open to the public due to the lack of adequate public information

policies. Regarding professionals, the majority are women, and the most common professional category is Technical Assistant. Academic training in the field of Information Science is limited. Additionally, there is an aging workforce. In summary, this study reveals inequalities in municipal archive services in the Autonomous Regions, with more urban municipalities having better services. Greater professionalization and recognition of the role of this sector in the modernization of local public administration are recommended.

Keywords: Human Resources; Municipal Archives; Autonomous Regions (Madeira and the Azores); Information Manager; Public Information Policies.

1 INTRODUÇÃO

Este artigo integra-se no âmbito das políticas de informação e analisa o perfil dos profissionais da informação afetos aos serviços de arquivo nos municípios das Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira (RAM), reconhecendo que os recursos humanos são fator-chave para a qualidade organizacional. Uma vez que o funcionamento eficiente destes serviços depende da presença destes profissionais, importa conhecer a sua realidade, que, de acordo com Silva *et al.* (2023), tende a permanecer à margem das principais prospeções estatísticas de âmbito nacional.

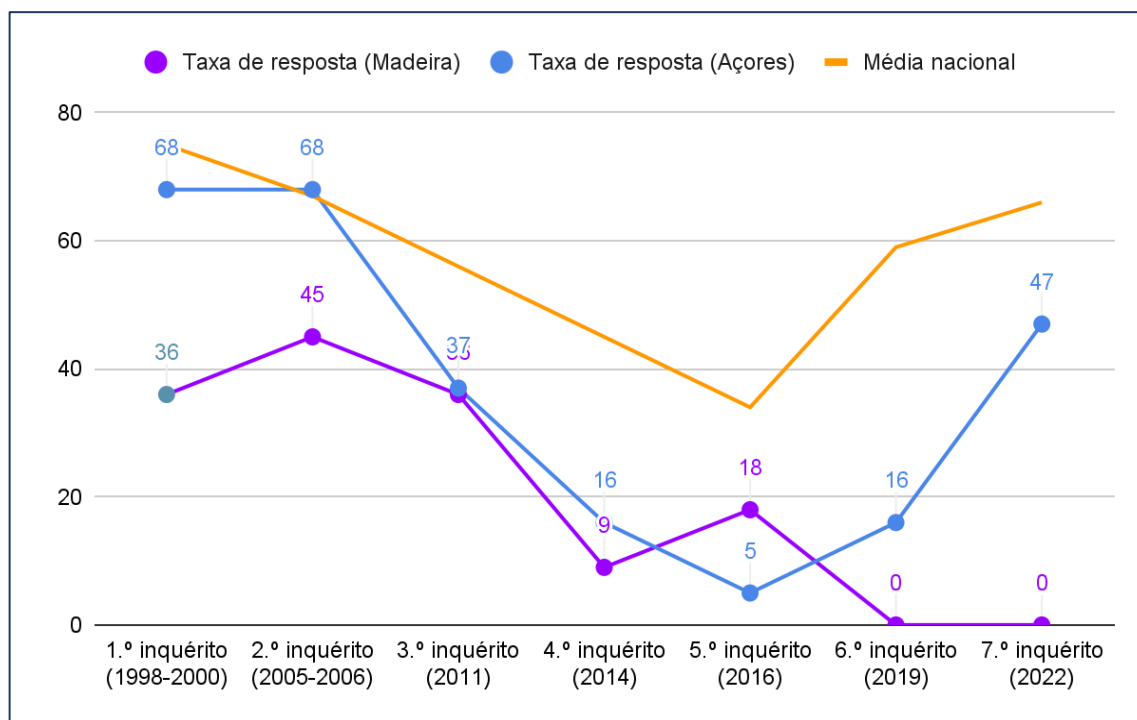
Atendendo que os municípios insulares não realizaram qualquer candidatura ao programa *Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais* (PARAM), lançado pelo Instituto dos Arquivos Nacionais/Torre do Tombo, que vigorou entre 1998 e 2007 (Henriques, 2008), e não se vislumbrando qualquer linha de financiamento específico no quadro do *Plano de Recuperação e de Resiliência* (2021-2026) sob responsabilidade da Direção Geral do Livro, dos Arquivos e das Bibliotecas para este sector, pouco se conhece sobre a condição destes serviços nos arquipélagos portugueses.

Os diversos inquéritos realizados pelo *Grupo de Trabalho para os Arquivos Municipais*

da *Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação* (GTAM), entre 1998 e 2022, incidindo em aspectos sobre o enquadramento orgânico-funcional, tipo de serviços e perfil dos recursos humanos, nem sempre se apresentaram de modo consistente, dado que as taxas de participação das entidades respondentes aos inquéritos tendencialmente eram pouco satisfatórias, como se pode observar no Gráfico 1 (*infra*) (Freitas & Marinho, 2014, 2016, 2019; Marinho, 2022; Peixoto *et al.*, 2006, 2011).

De igual forma, os dados sobre execução orçamental na ótica da despesa informada pelo Instituto Nacional de Estatística restringem-se ao domínio funcional da cultura (cf. Tabela 1 *infra*), o que obscurece outras dimensões funcionais realizadas também por estes serviços, como a modernização administrativa, a gestão da qualidade, tecnologias da informação, e administração geral (Instituto Nacional de Estatística, 2022). As publicações dos órgãos de gestão dos arquivos de cada uma das Regiões Autónomas pouco informam sobre o perfil destes profissionais e a condição destes serviços (Barros, 1999; Medeiros, 1997), não se dispondo atualmente de dados atualizados.

Gráfico 1: Taxa de resposta aos inquéritos da GTAM (1998-2022): RAM (n=11), RAA (n=19).



Fonte: Freitas & Marinho (2014, 2016, 2019); Marinho (2022); Peixoto *et al.* (2006, 2011).

Tabela 1: Despesas em arquivos (€) dos municípios por NUTS I (domínio da cultura)

Período de referência dos dados	Arquivos municipais RAA (n=19), uni: EUR	Despesas gerais municipais RAA (n=19), uni: %	Arquivos municipais RAM (n=11), uni: EUR	Despesas gerais municipais RAM (n=19), uni: %	Despesas em arquivos municipais a nível continental (n=278), uni: Milhares EUR	Despesas gerais municipais a nível continental (n=278), uni: %
2021	303 525	-	200	-	17 797	-
2020	237 146	0,11	34 279	0,02	13 531	0,16
2019	224 793	0,11	54 874	0,03	13 750	0,17
2018	164 077	0,08	41 420	0,02	14 247	0,18
2017	144 514	0,08	10 612	0,01	14 538	0,19
2016	171 395	0,11	23 038	0,01	13 193	0,18
2015	163 696	0,10	10 685	0,01	13 275	0,19
2014	161 256	0,09	23 219	0,01	13 543	0,20
2013	155 080	0,09	11 046	0,01	15 221	0,21

Fonte: Instituto Nacional de Estatística (2022).

Com base nestes aspetos, impõe-se a seguinte questão de investigação: *Qual o perfil do profissional gestor de informação nos serviços de arquivo municipal nas Regiões Autónomas da Madeira e dos Açores?*

Para responder a esta questão, incidimos a atenção sobre os profissionais com formação no âmbito da Ciência da Informação, bem como os que não possuem habilitações académicas específicas, mas que trabalham diretamente na gestão da informação de arquivo municipal. Portanto as variáveis de

categoria profissional, sexo, formação e faixa etária, complementada com informação de existência de arquivos abertos ao público, custódia de conjuntos documentais, unidade orgânica e regulamentação do serviço, constituem a base empírica deste estudo, procurando suprir uma lacuna na literatura relativamente a estas regiões arquipelágicas. Posto que Silva *et al.* (2023) já apresentaram resultados relativos ao tema em apreço, o objetivo principal deste estudo consiste em realizar um estudo comparativo sobre o perfil dos profissionais que exercem funções nos arquivos municipais da RAM e da RAA.

Como objetivos específicos, estabelecemos o seguinte:

- OE1. Recolher dados obtidos do questionário por inquérito aos municípios da RAM ($n=11$) e RAA ($n=19$) a partir de Silva *et al.* (2023);
- OE2. Complementar informação a partir da recolha empírica de

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Este estudo caracteriza-se por uma abordagem de investigação qualitativa. Fenómenos pouco conhecidos conformam-se adequadamente a este tipo de abordagem, permitindo a sua compreensão mais profunda e detalhada (Creswell, 2014). Consiste numa investigação que se caracteriza por ser descritiva, exploratória e documental.

O universo e população de investigação incide no conjunto dos 30 municípios da RAA ($n=19$) e da RAM ($n=11$).

Os dados recolhidos sobre os profissionais nos municípios das Regiões Autónomas têm como referência o estudo de Silva *et al.* (2023), com uma taxa de resposta na ordem de 96,7%. Os dados tratados em Silva *et al.* (2023) foram recolhidos através de inquérito por questionário, por via correio eletrónico e/ou contacto telefónico realizado entre

dados dos portais institucionais das câmara municipais dos arquipélagos portugueses, procurando identificar documentação relativa aos serviços de arquivo;

- OE3. Identificar possíveis relações transactivais que expliquem a presença de trabalhadores formados em CI e a existência de serviços de arquivo municipal formalmente constituídos.

Este estudo estrutura-se da seguinte forma: na secção de procedimentos metodológicos, estabelecem-se as bases do estudo empírico; depois, apresentam-se os resultados por município de cada Região Autónoma; segue-se uma análise crítico-realista que permite justificar causalmente até que ponto a existência de um serviço de arquivo municipal está ou não relacionado com a presença de profissionais da informação. Termina-se este estudo com considerações finais e propostas de melhoria destes serviços.

fevereiro e março de 2022 (RAM) e janeiro e fevereiro de 2023 (RAA), sendo dados que correspondem ao contexto após as eleições autárquicas de 2021 (Presidência do Conselho de Ministros, 2021). As variáveis de análise incidiram na quantificação de serviços abertos ao público e área funcional de onde estes serviços dependem; sexo, idade, qualificações académicas e categorias profissionais dos trabalhadores afetos ao serviço de arquivo. Variáveis contextuais, como dimensão territorial, densidade populacional, número de habitantes, foram igualmente integradas, tendo como referência os dados do PORDATA (Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2023).

Além disto, adicionamos aos dados de Silva *et al.* (2023) outras variáveis decorrentes da investigação documental (Silva, 2021), designadamente a regulamentação do serviço e mapas de pessoal, instrumentos de pesquisa, de

modo a ampliar elementos não considerados na prospeção realizada por Silva *et al.* (2023).

Do ponto de vista da análise e apresentação dos dados, os resultados encontram-se organizados por NUTS III e por municípios. Igualmente, os dados encontram-se representados através de quadros-síntese, de modo a obter-se uma leitura mais fácil.

Através desta abordagem abrangente, este estudo procura analisar as variáveis diretamente relacionadas com os profissionais e serviços de arquivo, mas também capturar fatores subjacentes que podem influenciar estas relações. A análise pretende realizar uma leitura sob o crivo do Realismo Crítico. Para Bhaskar (1975), os fenómenos sociais não podem ser explicados do ponto de vista causal

3 RESULTADOS

Nesta secção apresentam-se os resultados do estudo empírico sobre o perfil dos profissionais nos arquivos municipais dos

3.1 Região Autónoma dos Açores (RAA)

Os municípios da RAA ($n=19$) caracterizam-se pela sua dispersão arquipelágica, em 9 ilhas habitadas: Santa Maria, São Miguel, Terceira, Pico, São Jorge, Graciosa, Faial, Flores e Corvo. A taxa de resposta situa-se nos 94,7%, não tendo respondido o município do Corvo. De acordo com Silva *et al.* (2023), cerca de 89,5% dos municípios afirmam dispor de serviço de arquivo municipal, encontrando-se afetos 44 profissionais de informação. Destes, 70,5% são do sexo feminino, distribuídos por Técnicos Superiores (13,6% vs. 0,0%) e Assistentes Técnicos (34,1% vs. 9,1%). Do ponto de vista da formação académica, apenas 9,1% indicou possuir formação em Ciência da Informação, apesar de preponderar trabalhadores com ensino não universitário (79,5%). As faixas etárias mais predominantes situam-se entre 31 e 40 anos de idade (53,5%), e 51-60 anos de idade (23,3%).

unicamente a partir da dimensão empírica. Considerando que a nossa compreensão da realidade é limitada e mediada pelas nossas percepções, interpretações e teorias, utilizamos a abordagem simplificada da estratégia multietápica de Danermark *et al.* (2005). Essa abordagem permite-nos avançar por várias etapas, começando pela análise dos resultados obtidos na pesquisa empírica. A partir desses resultados, podemos inferir por retrodição, em que se procura explicar como determinados eventos passados influenciam resultados atuais, identificando mecanismos e estruturas e formas de agência. Pretende-se compreender se existe relação que conecte a presença de um trabalhador com formação superior em CI e a custódia de acervo documental com a existência de um serviço de arquivo municipal.

arquipélagos portugueses, primeiramente com a RAA e depois a RAM.

Quanto a serviços de arquivo municipal abertos ao público, 76,5% indicou não cumprir com este requisito. Cerca 15,8% dos conjuntos documentais encontram-se custodiados por serviços de biblioteca municipal, funcionando, também, como arquivos municipais. Apresentam-se, a seguir, dados individuais por município.

- **Angra do Heroísmo.** O município (Terceira) abrange 239 km² e tem cerca de 33.771 habitantes, com uma densidade populacional de aproximadamente 141,8 hab./km². O seu arquivo municipal não se encontra aberto ao público, com a maior parte da documentação conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. Possui 1 coordenador técnico e 1 assistente técnico (12^o ano) e 6 assistentes operacionais

(9º ano), todos do sexo feminino. O serviço encontra-se subordinado à Unidade de Serviços Integrados.

- **Calheta.** O município (São Jorge) abrange uma área de 111,5 km² e conta com aproximadamente 3.437 habitantes, com uma densidade populacional de 27,8 hab./km². O seu arquivo municipal não está acessível ao público, sendo a maior parte da documentação conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. O serviço encontra-se em 3 pólos, sendo gerido pela unidade de Secção de Turismo, Cultura e Ação Social da Divisão de Educação e Ação Social e Cultura. É composto por 1 gestor de informação, um estagiário do sexo feminino (12º ano, com formação BAD).
- **Corvo.** O município (Corvo) abrange uma área de 17,1 km² e conta com aproximadamente 384 habitantes, com uma densidade populacional de 24,7 hab./km². Não foi informado se existe serviço de arquivo acessível ao público. O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira. Não foi informado sobre os recursos humanos afetos ao arquivo.
- **Horta.** O município (Faial) abrange uma área de 172,4 km² e conta com aproximadamente 14.356 habitantes, com uma densidade populacional de 83,4 hab./km². O seu arquivo municipal não está acessível ao público, estando a maior parte da documentação conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça. O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira, através da Subunidade do Expediente e Apoio Geral e Arquivo. É composto por um 1 técnico superior (área Património Cultural e Documentação) do sexo feminino, 1 assistente técnico do sexo masculino (12º ano, com formação BAD).
- **Lagoa.** Município de São Miguel, que abrange uma área de 45,6 km² e conta com aproximadamente 14.189 habitantes e uma densidade populacional de 319,9 hab./km². O seu arquivo municipal está acessível ao público, de acordo com o Regulamento nº 497/2022, de 23 de maio, funcionando junto da Biblioteca Municipal Tomaz Borba Vieira. O serviço depende da Divisão Ação Sociocultural. É composto por 1 técnico superior (Património Cultural) do sexo feminino.
- **Lajes das Flores.** O município (Flores) abrange uma área de 69,6 km², com 1.408 habitantes, e uma densidade populacional de 20,3 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, encontrando-se disperso em 4 pólos. O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira. É composto por 4 coordenadores técnicos (12º ano, sexo masculino).
- **Lajes do Pico.** Município da ilha do Pico, com uma área de 154,4 km², conta com aproximadamente 4.343 habitantes, e com uma densidade populacional de 28,3 hab./km². A entidade indica que não possui formalmente serviço de arquivo municipal. O sítio institucional e o diploma orgânico não esclarecem sobre a existência deste serviço e dos profissionais afetos.

- **Madalena.** O município (Pico) abrange uma área de 149,1 km² e conta com aproximadamente 6.319 habitantes, com uma densidade populacional de 43,9 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, encontrando-se repartido por 2 pólos. O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira, através da Secção de Expediente Arquivo e Documentação. É composto por 2 assistentes operacionais do sexo masculino (12º ano).
- **Nordeste.** O município (São Miguel) abrange uma área de 101,5 km² e conta com aproximadamente 4.368 habitantes, com uma densidade populacional de 43,7 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, sendo a maior parte da documentação conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. O serviço está dependente da Direção Administrativa e Financeira através da Secção de Expediente. É composto por um 1 coordenador técnico (12º ano) do sexo feminino, 1 assistente técnico do sexo masculino (12º ano).
- **Ponta Delgada.** O município (São Miguel) abrange uma área de 231,9 km² e conta com aproximadamente 67.229 habitantes, e com uma densidade populacional de 292,2 hab./km². O arquivo municipal está acessível ao público, estando a maior parte da documentação sob custódia a título de depósito na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. O serviço depende da Divisão de Cultura Turismo e Animação, através da Unidade Orgânica de Arquivo e Biblioteca Municipal. Dispõe de regulamento interno. É composto 2 técnicos superiores (Pós-graduação em CI e Licenciatura em CI) do sexo feminino, 3 assistentes técnicos do sexo feminino (1 com o 9º ano e Curso de 2 anos da Universidade dos Açores em Biblioteca, Arquivo e Documentos; 1 com o 11º ano; 1 com o 12º ano); 1 assistente técnico do sexo masculino (com o 12º ano e curso Técnico Profissional de Arquivo).
- **Povoação.** O município (São Miguel) abrange uma área de 110,3 km² e conta com aproximadamente 5.791 habitantes, e uma densidade populacional de 55,2 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, encontrando-se a maior parte da documentação sob custódia da Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada. O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira. É composto por 2 assistentes operacionais do sexo masculino (12º ano).
- **Ribeira Grande.** O município (São Miguel) abrange uma área de 180,2 km² e conta com aproximadamente 31.388 habitantes, e uma densidade populacional de 177,1 hab./km². O arquivo municipal está aberto ao público desde 2006, e localiza-se em 2 pólos. O serviço depende da Divisão de Cultura, Juventude e Desporto, dispendo de regulamento interno. É composto por um 1 técnico superior (licenciatura em CI) e 4 assistentes técnicos, todos do sexo feminino (12º ano).

- **Santa Cruz da Graciosa.** O município (Graciosa) abrange uma área de 60,9 km² e conta com aproximadamente 4.095 habitantes, com uma densidade populacional de 67,8 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, e encontra-se localizado em 2 pólos, apesar de a maior parte da documentação ser conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira. É composto por 1 assistente técnico do sexo feminino (12º ano).
- **Santa Cruz das Flores.** O município (Flores) abrange uma área de 72,1 km² e conta com aproximadamente 2.020 habitantes, com uma densidade populacional de 29,2 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, estando localizado em 3 pólos. O serviço depende da Divisão de Administração Geral. É composto por 1 assistente técnico do sexo feminino (12º ano).
- **São Roque do Pico.** O município (Pico) abrange uma área de 144,3 km² e conta com aproximadamente 3.220 habitantes, e uma densidade populacional de 23,4 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público. O serviço depende da Direção Administrativo-Financeira, Sociocultural, Educativa e de Turismo. É composto por um 1 técnico superior (com formação em CI) do sexo feminino.
- **Velas.** O município (São Jorge) abrange uma área de 119,1 km² e conta com aproximadamente 4.936 habitantes, com uma densidade populacional de 42,2 hab./km². O arquivo municipal está acessível ao público, encontrando-se a maior parte da documentação sob a custódia da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. O serviço depende da Divisão de Administração Geral. É composto por 1 assistente técnico do sexo masculino (12º ano).
- **Vila da Praia da Vitória.** Município da ilha Terceira que abrange uma área de 162,3 km² e conta com aproximadamente 19.463 habitantes, com uma densidade populacional de 121,8 hab./km². O arquivo municipal encontra-se regulamentado (Aviso nº 2092/2019, *Diário da República* nº 26/2019, Série II de 2019-02-06), mas não está acessível ao público. Está localizado em 2 pólos. A documentação de conservação permanente está sob custódia da Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro. O serviço depende da Divisão Administrativa e Jurídica. É composto por 1 coordenador técnico do sexo feminino (12º ano); 2 assistentes técnicos do sexo feminino (12º ano) e 1 assistente operacional (9º ano) do sexo masculino.
- **Vila do Porto.** O município (Santa Maria) abrange uma área de 26,0 km² e conta com aproximadamente 5.406 habitantes, e uma densidade populacional de 56,6 hab./km². O seu arquivo municipal não está acessível ao público, sendo a maior parte da documentação conservada na Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta

Delgada. Funciona junto da biblioteca municipal (Regulamento nº 695/2018, *Diário da República* nº 201/2022, Série II de 2018-10-18). O serviço depende da Direção Administrativa e Financeira. É composto por 1 coordenador técnico, 4 assistentes técnicos e 5 assistentes operacionais, não tendo sido possível obter informação sobre as suas qualificações.

- **Vila Franca do Campo.** O município (São Miguel) abrange

aproximadamente 10.323 habitantes, com uma densidade populacional de 133,0 hab./km². O arquivo municipal está acessível ao público mediante marcação prévia, funcionando junto da Biblioteca Municipal. O serviço depende da Direção Administrativa e Operacional. É composto por 1 técnico superior (feminino, área de Biblioteca) e 1 assistente técnico do sexo masculino (12º ano).

A Tabela 2 e a Figura 1 (*infra*) sintetizam os dados aqui tratados.

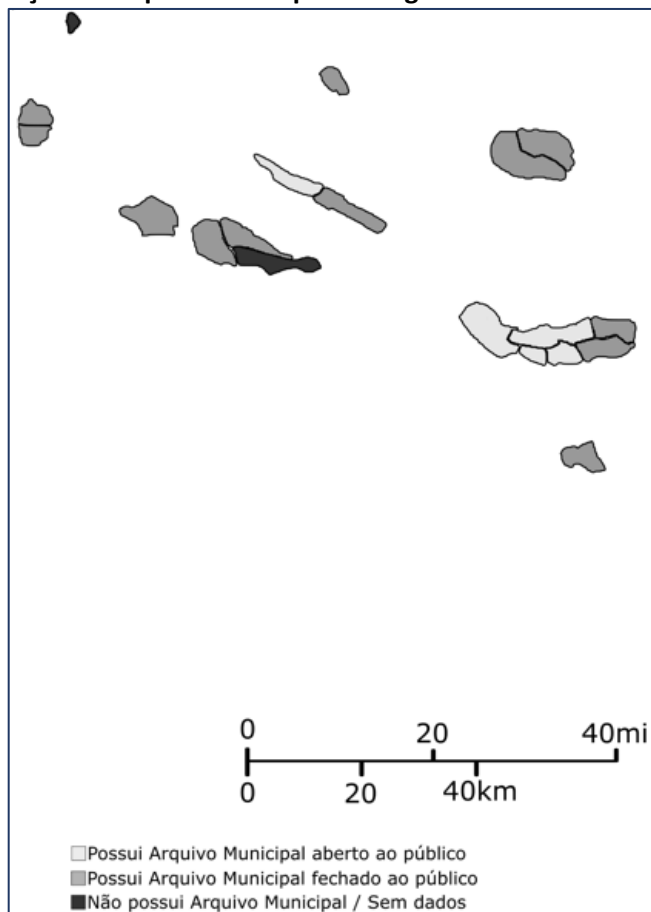
Tabela 2: Gestores de informação nos arquivos municipais da Região Autónoma dos Açores

Município	Arquivo municipal aberto ao público? (S/N)	Regulamento de arquivo municipal? (S/N)	Número de recursos humanos (2023)	Trabalhadores afetos ao serviço de arquivo (%)	Trabalhadores com formação em CI TS/CT/AT/AO ⁵	Trabalhadores sem formação em CI TS/CT/AT/AO ⁵	Despesa média afeta ao sector do arquivo (2013-2021) EUR
Angra do Heroísmo	N	N	334	2,40	0/0/0/0	0/1/1/6	0,00
Calheta	N	N	99	1,01	0/0/1/0	0/0/0/0	0,00
Corvo	N	N	-	-	-	-	0,00
Horta	N	N	167	1,20	1/0/1/0	0/0/0/0	3 877,67
Lagoa	S	S	195	0,51	0/0/0/0	1/0/0/0	0,00
Lajes das Flores	N	N	71	5,63	0/0/0/0	0/4/0/0	0,00
Lajes do Pico	N	N	120	-	0/0/0/0	1/0/0/0	0,00
Madalena	N	N	136	2,21	0/0/0/0	0/1/0/2	0,00
Nordeste	N	N	59	3,39	0/0/0/0	0/1/1/0	0,00
Ponta Delgada	S	S	854	0,70	2/0/2/0	0/0/2/0	101 018,44
Povoação	N	N	95	2,11	0/0/0/0	0/0/2/0	0,00

Município	Arquivo municipal aberto ao público? (S/N)	Regulamento de arquivo municipal? (S/N)	Número de recursos humanos (2023)	Trabalhadores afetos ao serviço de arquivo (%)	Trabalhadores com formação em CI TS/CT/AT/AO ⁵	Trabalhadores sem formação em CI TS/CT/AT/AO ⁵	Despesa média afeta ao sector do arquivo (2013-2021) EUR
Ribeira Grande	S	S	323	1,55	1/0/0/0	0/0/4/0	36 503,56
Santa Cruz da Graciosa	N	N	70	0,30	0/0/0/0	0/0/1/0	0,00
Santa Cruz das Flores	N	N	74	1,35	0/0/0/0	0/0/1/0	0,00
São Roque do Pico	N	N	74	1,35	1/0/0/0	0/0/0/0	0,00
Velas	S	N	85	1,18	0/0/0/0	0/0/1/0	0,00
Vila da Praia da Vitória	S	S	172	2,33	0/0/0/0	0/1/2/1	34 580,56
Vila do Porto	N	N	113	8,85	0/0/0/0	0/1/5/0	0,00
Vila Franca do Campo	S	N	111	1,80	0/0/2/0	0/0/0/0	15 740,00

Fonte: Dados da investigação; coluna “número de recursos humanos” (Direção Geral da Administração e do Emprego Público, 2019), col. “despesa média afeta ao sector do arquivo” (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

Figura 1: Serviços de arquivo municipal na Região Autónoma dos Açores (n=19)



Fonte: Dados da investigação (2023).

3.2 Região Autónoma da Madeira (RAM)

Os municípios da RAM (n=11) distribuem-se por 2 ilhas habitadas. A taxa de resposta situa-se nos 100%. De acordo com Silva *et al.* (2023), cerca de 18,2% dos municípios afirma dispor de serviço de arquivo municipal, sendo que a maioria destes serviços não se encontra aberta ao público (81,8%). A documentação concelhia de conservação permanente encontra-se custodiada (por incorporação), na sua totalidade, na Direção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (DRABM). Encontram-se afetos 12 profissionais de informação. Predomina o sexo feminino, com cerca de 66,7%, contra 33,3% do sexo masculino. Do ponto de vista da qualificação académico-profissional, prepondera o ensino não universitário (80,0%), sendo que apenas 10,0% possui formação em CI (pós-graduação).

A faixa etária predominante é mais de 51 anos de idade (69,3%). Apresentam-se, a seguir, dados individuais por município.

- **Calheta.** O município (Madeira) abrange uma área de 111,5 km² e conta com aproximadamente 10.915 habitantes, e uma densidade populacional de 98,3 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público. O serviço depende da Divisão de Educação, Ação Social e Cultura. É composto por 1 assistente operacional (12^º ano, com formação BAD), sem informação quanto à idade e sexo.
- **Câmara de Lobos.** O município (Madeira) abrange uma área de

52,2 km² e conta com aproximadamente 32.162 habitantes, com uma densidade populacional de 620,7 hab./km². Não possui arquivo municipal nem gestor de informação. O serviço de arquivo está genericamente afeto à Administração Geral da Divisão de Gestão Administrativa.

- **Funchal.** O município (Madeira) abrange uma área de 76,2 km² e conta com aproximadamente 105.782 habitantes, com uma densidade populacional de 1.396,2 hab./km². O arquivo municipal está acessível ao público, que depende da Divisão de Atendimento e Administração. É composto por um 1 técnico superior (Pós-graduação em CI) do sexo feminino, 3 assistentes operacionais, 2 do sexo feminino e 1 masculino (9º ano).
- **Machico.** O município (Madeira) abrange uma área de 68,3 km² e conta com aproximadamente 19.593 habitantes, com uma densidade populacional de 286,6 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, cujo serviço depende da Secretaria Geral da Divisão Administrativa. Não possui gestor de informação.
- **Ponta do Sol.** O município (Madeira) abrange uma área de 46,2 km² e conta com aproximadamente 8.860 habitantes, com uma densidade populacional de 183,7 hab./km². Não possui arquivo municipal acessível ao público, estando dependente da Divisão de Gestão de Recursos. É composto por 1 assistente técnico (12º ano) sem informação de idade e sexo.
- **Porto Moniz.** O município (Madeira) abrange uma área de 82,9 km² e conta com aproximadamente 2.517 habitantes, com uma densidade populacional de 30,1 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, estando o serviço dependente da Divisão Financeira. É composto por 2 assistentes técnicos (de ambos os sexos) e 1 assistente operacional do sexo masculino.
- **Porto Santo.** O município (Porto Santo) abrange uma área de 65,4 km² e conta com aproximadamente 5.149 habitantes, com uma densidade populacional de 123,7 hab./km². Não dispõe de serviço de arquivo municipal acessível ao público, cabendo a sua gestão ao Núcleo de Educação, Ação Social, Juventude, Desporto e Turismo. A gestão da informação é feita por 1 assistente técnico do sexo masculino (12º ano) e 1 assistente operacional, do sexo feminino.
- **Ribeira Brava.** O município (Madeira) abrange uma área de 65,4 km² e conta com aproximadamente 12.680 habitantes, com uma densidade populacional de 196,2 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público, cujo serviço depende da Secção de Expediente e Arquivo da Divisão de Gestão e Planeamento. É composto por 1 assistente técnico do sexo feminino (12º ano).
- **Santa Cruz.** O município (Madeira) abrange uma área de 81,5 km² e conta com aproximadamente 42.168 habitantes, com uma densidade populacional de 531,2 hab./km². O arquivo municipal está acessível ao público, serviço que

depende da Divisão Administrativa. É composto por 2 assistentes técnicos do sexo feminino (12º ano).

- **Santana.** O município (Madeira) abrange uma área de 95,6 km² e conta com aproximadamente 6.553 habitantes, com uma densidade populacional de 68,0 hab./km². Não possui arquivo municipal nem gestor de informação, estando genericamente integrado na Divisão Administrativa, Jurídica e Financeira.
- **São Vicente.** O município (Madeira) abrange uma área de

78,8 km² e conta com aproximadamente 4.865 habitantes, com uma densidade populacional de 61,7 hab./km². O arquivo municipal não está acessível ao público. Possui dois colaboradores com licenciatura em CI, mas a desenvolver funções não relacionadas com o arquivo ou a gestão de informação. A função de arquivo está genericamente na Divisão Administrativa e de Gestão de Recursos Humanos.

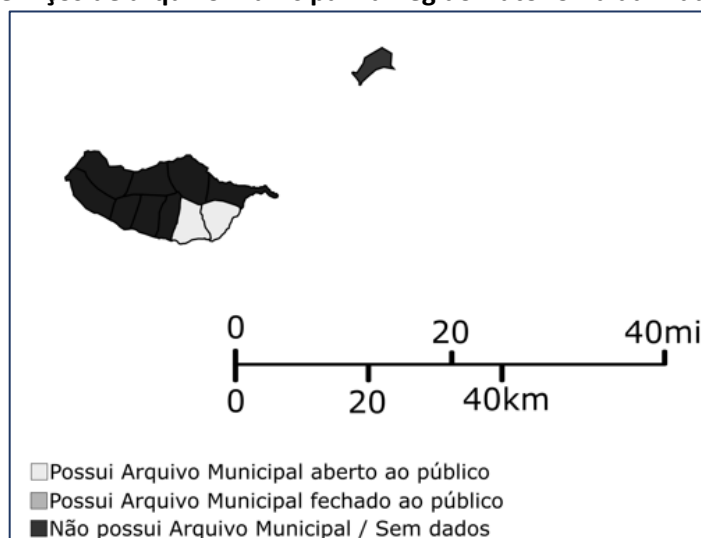
Os dados individuais dos municípios encontram-se na Tabela 3 e na Figura 2 (*infra*).

Tabela 3: Gestores de informação nos arquivos municipais da Região Autónoma da Madeira

Município	Arquivo municipal aberto ao público? (S/N)	Regulamento de arquivo municipal? (S/N)	Número de recursos humanos (2023)	Trabalhadores afetos ao serviço de arquivo (%)	Trabalhadores com formação em CI TS/CT/AT/AO ⁵	Trabalhadores sem formação em CI TS/CT/AT/AO ⁵	Despesa média afeta ao sector do arquivo (2013-2021) EUR
Calheta	N	N	189	0,52	0/0/0/1	0/0/0/0	0,00
Câmara de Lobos	N	N	239	0,00	0/0/0/0	0/0/0/0	5 315,00
Funchal	S	N	1708	0,23	1/0/0/0	0/0/0/3	0,00
Machico	N	N	225	0,00	0/0/0/0	0/0/0/0	0,00
Ponta do Sol	N	N	80	1,25	0/0/0/0	0/0/1/0	9 939,00
Porto Moniz	N	N	84	3,57	0/0/0/0	0/0/2/1	0,00
Porto Santo	N	N	111	1,80	0/0/0/0	0/0/1/1	0,00
Ribeira Brava	N	N	125	0,80	0/0/0/0	0/0/1/0	6 621,33
Santa Cruz	S	S	356	0,56	0/0/0/0	0/0/2/0	1 388,33
Santana	N	N	85	0,00	0/0/0/0	0/0/0/0	0,00
São Vicente	N	N	93	0,00	0/0/0/0	0/0/0/0	0,00

Fonte: dados da investigação; coluna “número de recursos humanos” (Direção Geral da Administração e do Emprego Público, 2019), col. “despesa média afeta ao sector do arquivo” (Instituto Nacional de Estatística, 2022).

Figura 2: Serviços de arquivo municipal na Região Autónoma da Madeira (n=11)



Fonte: Dados da investigação (2023).

4 DISCUSSÃO: UMA ANÁLISE CRÍTICO-REALISTA

Este artigo apresenta resultados que apontam para uma realidade muito diversa sobre os arquivos municipais das Regiões Autónomas, que se distinguem, até certo ponto, em relação aos seus congéneres no continente, de acordo com Silva *et al.* (2023). Este estudo aborda, pela primeira vez, a condição destes serviços municipais em contexto insular. Nesta secção, realizamos uma

análise crítico-realista que discute os resultados obtidos na pesquisa sobre o perfil dos profissionais da informação afetos aos serviços de arquivo nos municípios da RAA e da RAM. Através desta análise, procura-se compreender as relações transfactuais que possam explicar a presença e características dos profissionais da informação nesses serviços e responder à pergunta de partida.

4.1 Contextualização dos Resultados e Relações Transfactuais: estrutura dos serviços de arquivo e perfil dos profissionais

É evidente a disparidade entre as duas regiões autónomas em termos de presença e estrutura dos serviços de arquivo. A RAA apresenta uma maior proporção de municípios com serviços de arquivo municipais (89,5%) em comparação com a RAM (18,2%). Essa discrepância pode ser evidente a disparidade entre as duas regiões autónomas em termos de presença e estrutura dos serviços de arquivo. A RAA apresenta uma maior proporção de municípios com serviços de arquivo municipais

(89,5%) em comparação com a RAM (18,2%). Essa discrepância pode estar relacionada com fatores históricos, demográficos, administrativos e políticos específicos de cada região. Além disso, a presença de serviços de arquivo municipais na RAA é frequentemente associada à custódia de conjuntos documentais em serviços de biblioteca, mostrando uma interconexão entre diferentes unidades organizacionais, de que é exemplo os casos de Lagoa, Vila do Porto e Vila Franca do Campo,

seguindo o 'modelo' de gestão das bibliotecas e arquivos regionais.

Na RAM, os serviços de arquivo municipal abertos ao público são Funchal e Santa Cruz. Santa Cruz possui um projeto de regulamento de arquivo municipal desde 2019, a aguardar por publicação em boletim oficial do Estado.

Os resultados mostram que a maioria dos profissionais da informação nos serviços de arquivo é do sexo feminino, e a maior parte deles não possui formação académica específica em CI. Esta tendência pode ser influenciada por fatores socioeconómicos, disponibilidade de formação e oportunidades de emprego nas áreas de CI em ambos os arquipélagos.

A presença de profissionais com formação em CI em algumas localidades, como

4.2 Causalidade Retroditiva

A abordagem de causalidade retroditiva, conforme aplicada nesta pesquisa, ajuda a identificar possíveis mecanismos subjacentes que explicam os padrões observados. Por exemplo, até que ponto a existência de um arquivo municipal pode estar relacionada com a presença de profissionais com formação em CI, que possuem conhecimentos técnicos para gerir e organizar os arquivos. Por exemplo, Ponta Delgada, Ribeira Grande e Funchal respondem a este requisito.

Alguns dos serviços de arquivo municipal, mas sem profissionais formados em CI - como Santa Cruz, Lagoa e Vila da Praia da Vitória - demonstram o empenho da edilidade em garantir a existência de um serviço tendencialmente aberto ao público e com regulamento de arquivo.

Além disso, a disponibilidade de recursos financeiros e o enquadramento legal podem influenciar a criação e a manutenção desses serviços, não obstante as estatísticas sobre despesas realizadas pelos municípios

Ponta Delgada na RAA e Funchal na RAM, pode estar relacionada a investimentos específicos nessas áreas ou a necessidades locais particulares. A única exceção pode ser verificada no caso do município de São Vicente, onde existe a presença de profissionais licenciados em CI, mas não afetos a áreas de gestão de arquivos e de biblioteca.

De acordo com Silva *et al.* (2023), à prevalência de pessoal não licenciado (55,17%) neste sector acresce a tendência de feminização do corpo profissional (70,91%) nos arquipélagos portugueses, sendo inclusive maior do que nos municípios portugueses do continente. As faixas etárias predominantes situam-se entre os 31-40 anos de idade (47,27%) e os 51-60 anos de idade (25,45%), verificando-se na RAM uma tendência para maior envelhecimento do corpo profissional (38,58%, ≥ 61 Anos).

nesta área não serem claras. Por exemplo, Lagoa, Funchal e Velas não apresentam qualquer montante despendido entre 2013 e 2021 (cf. tabelas 2 e 3), que pode estar relacionado com o facto de as despesas destes serviços não estarem inscritas funcionalmente ao domínio da cultura. Esta situação é verificável nos casos de serviços de arquivo não abertos ao público sob tutela de unidades orgânicas da área administrativa e financeira. Este cenário é particularmente notório nos municípios mais periféricos da RAA, com uma taxa expressiva de 68,42%. Estes municípios insulares tendem a não investir num serviço de arquivo municipal por boa parte dos fundos documentais de conservação permanente procedentes destes municípios se encontrarem sob custódia (e propriedade) dos Arquivos Regionais da RAA, situação similar à encontrada na RAM.

No entanto, poderia a presença de profissionais formados em CI ser a explicação mais plausível para a existência orgânica e orçamental dos arquivos municipais abertos ao público, ou, em sentido oposto, a existência de

fundos documentais de conservação permanente? Por um lado, os casos de Funchal, Santa Cruz e Velas demonstram que não é obrigatório que os municípios tenham de dispor necessariamente de um serviço de “arquivo histórico” para que exista por definição um serviço de arquivo aberto ao público. Por outro lado, os municípios com maior densidade populacional, como Funchal (1.396,2 hab./km²), Santa Cruz (531,2 hab./km²), Lagoa (319,9 hab./km²), Ponta Delgada (292,2 hab./km²), Ribeira Grande (177,1 hab./km²) e Vila Franca do Campo (133,0 hab./km²), tendem a dispor de serviço de arquivo municipal aberto ao público, com a presença, em alguns casos, de profissionais formados em CI. Em sentido oposto, os municípios com menor densidade populacional e geograficamente mais periféricos em relação aos centros urbanos insulares, que custodiam ininterrupta e integralmente fundos documentais (como Madalena, Corvo, Lajes das Flores e Santa Cruz das Flores), mas sem a realização de qualquer investimento (incluindo em recursos humanos qualificados) para o sector, poderiam economizar recursos se optassem por uma convivência funcional com as bibliotecas municipais, como atrás exemplificado. Este tipo de convivência não se verifica na RAM, especialmente nos municípios com menor densidade populacional, especialmente a este, oeste e norte da ilha da Madeira e na ilha de Porto Santo.

A inexistência de serviços de arquivo municipal, cuja presença não tem sido consistente no tempo, pode ter uma explicação histórica. No caso da RAM, o Arquivo Histórico do Município do Funchal foi um serviço constituído *de facto* a partir de 1930 pela iniciativa da Comissão Administrativa da Câmara Municipal ao afetar dois trabalhadores para os seus quadros (Câmara Municipal do Funchal, 1930, f. 100 e 126). Os primeiros resultados da atividade realizada por estes trabalhadores surgem com a publicação do boletim *Arquivo Histórico da Madeira* (Nascimento, 1931). No entanto, segundo o

Decreto nº 19.952 de 30 de julho (Ministério de Instrução Pública, 1931c), que criou o Arquivo Distrital do Funchal, e regulamentado o seu serviço (Ministério de Instrução Pública, 1931b), os primeiros conjuntos documentais incorporados pelo Arquivo Distrital do Funchal resultaram da alienação feita por parte da Câmara Municipal do Funchal a este novo serviço. Ao longo dos séculos XX e XXI, o Arquivo Distrital do Funchal/Arquivo Regional da Madeira (atualmente DRABM) adquiriu diversos conjuntos documentais de conservação permanente de todas as câmaras municipais do arquipélago. Um paralelo possível com a RAA verifica-se, também, com a criação dos Arquivos Distritais de Ponta Delgada (Ministério de Instrução Pública, 1931a)¹, da Terceira (Ministério da Educação Nacional, 1948)² e da Horta (Ministério da Educação Nacional, 1965)³: cerca de 57,9%⁴ dos fundos documentais dos municípios açorianos encontram-se atualmente na custódia (e, na sua maior parte, propriedade) - inicialmente na custódia das Juntas Gerais dos Distritos Autónomos - do Governo Regional dos Açores.

Já em contexto autonómico (pós-1976), as Regiões Autónomas realizaram incorporações de diversos conjuntos documentais procedentes de diversas câmaras municipais. No caso da RAM, Barros argumenta:

Ora, parece-nos que [as autarquias locais], sendo política e financeiramente autónomas, não têm essa obrigatoriedade, contudo se pensarmos na responsabilidade e custos que implicam a criação e manutenção de um arquivo histórico, se atentarmos que a documentação mais antiga das câmaras já se encontra, desde há muito, no Arquivo Regional e no quão vantajoso é para o investigador que a documentação esteja concentrada num único local, tudo isto, aliado ao facto de sermos uma Região pequena, não seria desejável que muitas das instituições que não tenham obrigatoriedade de incorporar documentação no Arquivo Regional da Madeira, o fizessem na realidade? (Barros, 2004, p. 106).

Este passo pode explicar a razão por que as câmaras municipais madeirenses já não são atualmente detentoras de conjuntos documentais de conservação permanente (Macedo, 2019). Se a inexistência de “arquivos históricos” nos municípios madeirenses se reflete nos instrumentos de acesso à informação produzidos pelo órgão de gestão dos arquivos da RAM (Arquivo Regional da Madeira, 1997), representando-os como silos informacionais, descurando a parte

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS E IMPLICAÇÕES

Neste estudo sobre o perfil dos profissionais da informação nos serviços de arquivo municipais das Regiões Autónomas dos Açores (RAA) e da Madeira (RAM) verifica-se uma lacuna na compreensão desta realidade, que permaneceu à margem das prospeções estatísticas nacionais. Embora as prospeções anteriores tenham tido limitações de participação, este estudo procura preencher essa lacuna através da análise de dados recolhidos de questionários e portais institucionais. A comparação entre as regiões revelou diferenças no perfil dos profissionais e na estrutura dos serviços. Além disso, explorou-se a relação entre a formação em Ciência da Informação e a formalização dos serviços de arquivo. Estas conclusões sublinham a importância de abordagens mais abrangentes para a compreensão destes serviços vitais para a gestão da informação e do património arquivístico.

Este estudo adota uma abordagem qualitativa para explorar fenómenos menos conhecidos, permitindo uma compreensão profunda. A pesquisa concentra-se em 30 municípios das Regiões Autónomas, utilizando dados de Silva *et al.* (2023) para analisar serviços de arquivo. A análise, guiada pelo Realismo Crítico, vai além de relações diretas, investigando fatores subjacentes. A estratégia multietápica de Danermark *et al.* (2005) ajuda na interpretação dos resultados. Busca compreender a ligação entre trabalhadores qualificados e serviços de arquivo, destacando a

remanescente na custódia das câmaras municipais, não se verifica qualquer evolução positiva resultante da intervenção (técnica e política) do órgão de gestão dos arquivos da RAM nos municípios madeirenses para alterar esta realidade. Esta situação pode ser verificável nos instrumentos de acesso à informação produzidos pelo órgão de gestão dos arquivos da RAM (Governo Regional da Madeira, 2020).

influência da formação em CI na custódia de acervos.

Nesta secção de conclusão, a análise detalhada das regiões autónomas dos Açores e da Madeira revela um panorama complexo dos serviços de arquivo municipais. A dispersão arquipelágica na RAA apresenta desafios à acessibilidade dos arquivos, com variações nas taxas de resposta e na presença de serviços de arquivo municipal. A predominância de trabalhadoras do sexo feminino e a prevalência de ensino não universitário nos profissionais de arquivo são aspetos notáveis.

Na RAM, os resultados destacam a falta de acesso público aos arquivos municipais, com a documentação permanente custodiada na DRABM. A proporção de profissionais com formação em Ciência da Informação é limitada, enquanto a faixa etária predominante sugere um desafio de renovação geracional nesse campo.

Ambas as regiões enfrentam questões de acesso aos arquivos e da qualificação dos profissionais, embora as realidades específicas variem entre os municípios. Estes resultados fornecem uma base sólida para considerações futuras no aprimoramento da gestão e acessibilidade dos serviços de arquivo nessas regiões. Mas a disparidade entre as regiões autónomas é evidente, com a RAA possuindo mais serviços de arquivo municipais (89,5%) em comparação com a RAM (18,2%). Esse contraste pode ser atribuído a fatores históricos,

demográficos e políticos. A presença de profissionais com formação em CI é variável, influenciada por fatores socioeconômicos e necessidades locais.

A abordagem de causalidade retroditiva revela que a presença de profissionais em CI pode explicar a existência de serviços de arquivo municipais, mas outros fatores, como recursos financeiros, enquadramento legal e a visão estratégica de alguns órgãos executivos, também desempenham um papel. Em alguns casos, a colaboração com bibliotecas municipais pode economizar recursos, mas amputa os arquivos municipais dos seus papéis no âmbito da modernização administrativa, da gestão da qualidade, e, *grosso modo*, da gestão da informação que não se restringe ao seu uso secundário. Ou seja, a junção dos dois tipos de serviços de informação - bibliotecas e arquivos municipais - tende a valorizar a dimensão dos arquivos definitivos em desfavor da gestão continuada da informação.

Este estudo destaca a necessidade de tornar mais acessíveis os serviços de arquivo municipal, especialmente nas áreas onde estão ausentes. Além disso, a capacitação dos profissionais e a promoção da formação em Ciência da Informação podem melhorar a gestão da transparência ativa da instituição. É fundamental avançar com medidas de sensibilização e investimento para garantir que o acesso à informação seja maximizado, beneficiando as populações locais e os investigadores.

É indispensável que os órgãos de gestão da política nacional e regional (RAA e RAM) para os arquivos atendam as especificidades dos municípios destes arquipélagos.

Como principais recomendações, na esteira de Silva *et al.* (2023), sugerem-se:

- Reconhecimento diferenciado da carreira profissional em CI;
- Melhoria da *accountability* municipal nos processos de gestão de recursos humanos, designadamente na caracterização do pessoal afeto aos serviços de arquivo;
- Sensibilização dos órgãos executivos municipais para uma gestão da informação continuada e integrada, que implica a presença de profissionais formados em CI e de serviços de informação com atribuições e competências claras;
- Desenvolvimento de programas de financiamento para este sector, tanto de âmbito comunitário, nacional, regional autónomo e (inter-)municipal;
- Melhoria dos reportes estatísticos sobre este sector, adotando os indicadores da ISO 24083:2021 - *International archives statistics*;
- Melhoria dos indicadores financeiros sobre receitas e despesas no sector dos arquivos, que não apenas na ótica da cultura;
- Corresponsabilizar os órgãos de gestão dos arquivos nacional e regionais autónomos no desenvolvimento e verificação de *compliance* de políticas públicas de informação, em especial, nos municípios da RAA e da RAM.

6 REFERÊNCIAS

- Arquivo Regional da Madeira. (1997). Guia do Arquivo Regional da Madeira. *Arquivo Histórico da Madeira: Boletim do Arquivo Regional da Madeira*, 20, 11–204.
- Barros, F. (2004). O Arquivo Regional da Madeira e a coordenação do sistema regional de arquivos. *Cadernos BAD*, 1, Art. 1.
<https://www.bad.pt/publicacoes/index.php/cadernos/article/view/841>
- Barros, F. (1999). Sumário do relatório final do inquérito aos arquivos públicos na RAM. *Arquivo Histórico da Madeira*, 22, 449–499.
- Bhaskar, R. (1975). *A realist theory of science*. Books.
- Câmara Municipal do Funchal. (1930). *Atas das sessões da comissão administrativa da Câmara Municipal (1930-1931)* (PT/ABM/CMFUN/B-A/006/00026). Arquivo Regional e Biblioteca Pública da Madeira. <https://arquivo-abm.madeira.gov.pt/details?id=115884&detailsType=Description>
- Creswell, J. W. (2014). *Research design: Qualitative, quantitative, and mixed methods approaches*. SAGE Publications.
- Danermark, B., Ekstrom, M., Jakobsen, L., & Karlsson, J. C. (2005). Explaining society: An introduction to critical realism in the social sciences. Em *Explaining Society: An Introduction to Critical Realism in the Social Sciences* (p. 232). Taylor and Francis.
<https://doi.org/10.4324/9780203996249>
- Direção Geral da Administração e do Emprego Público. (2019). *SIOE - Sistema de Informação da Organização do Estado*. <https://www.sioe.dgaep.gov.pt/Default.aspx>
- Freitas, C., & Marinho, V. (2014). 4.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 11.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Esposende, novembro, 2014. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 0(11), Art. 11.
<https://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1064>
- Freitas, C., & Marinho, V. (2016). 5.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 12.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Castelo Branco, outubro, 2016. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 12, Art. 12.
<https://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/1567>
- Freitas, C., & Marinho, V. (2019). 6.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 13.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Cascais, outubro, 2019. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 0(13), Art. 13.
<https://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/2040>
- Fundação Francisco Manuel dos Santos. (2023). *População Residente*. PORDATA – Estatísticas, gráficos e indicadores de Municípios, Portugal e Europa.
<https://www.pordata.pt/subtema/municipios/populacao+residente-214>
- Governo Regional dos Açores. (2023). *Arquivos Regionais dos Açores*. Archeevo - Direcção Regional da Cultura dos Açores.
<https://arquivos.azores.gov.pt/>
- Governo Regional da Madeira. (2020). Direcção Regional do Arquivo e Biblioteca da Madeira (portal institucional). Em *Página institucional*.
<https://www.madeira.gov.pt/drabm>
- Henriques, C. (2008). *PARAM Programa de Apoio à Rede de Arquivos Municipais: Relatório de avaliação* (DSAAT_08_1/228). Direcção-Geral de Arquivos.
https://arquivos.dglab.gov.pt/wp-content/uploads/sites/16/2013/10/param_relatorio_avaliacao_2008.pdf
- Instituto Nacional de Estatística. (2022). *Despesas em bibliotecas e arquivos (€) dos municípios por Localização geográfica (NUTS - 2013), Tipo de despesa e Domínio cultural (bibliotecas e arquivos); Anual—*

- INE, *Inquérito ao financiamento das atividades culturais, criativas e desportivas pelas câmaras municipais*. Base de Dados. https://www.ine.pt/xportal/xmain?xpid=INE&xpgid=ine_indicadores&indOcorrCod=0008058&contexto=bd&selTab=tab2
- Macedo, L. S. A. de. (2019). Arquivos. Em J. E. Franco, *Madeira Global: Grande Dicionário Enciclopédico da Madeira* (1–1, pp. 686–705). Theya.
- Marinho, V. (2022). 7.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 14º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), *Marinha Grande, outubro, 2022*. 12. <https://www.flickr.com/photos/badpt/52448313171/in/album-72177720303067905/>
- Medeiros, P. (1997). Os arquivos da Região Autónoma dos Açores. *Actas do Seminário Internacional. Funchal, 15-19 de setembro de 1997*, 189–199.
- Ministério da Educação Nacional. (1948). Decreto-Lei n.º 36842. Em *Diário do Governo n.º 56/1948, Série I de 1948-03-09*. <https://dre.pt/application/conteudo/151495>
- Ministério da Educação Nacional. (1965). Decreto-Lei n.º 46350. Em *Diário do Governo n.º 114/1965, Série I de 1965-05-22*. <https://dre.pt/application/conteudo/294971>
- Ministério de Instrução Pública. (1931a). Decreto n.º 19952. Em *Diário do Governo n.º 147/1931, Série I de 1931-06-27*. <https://dre.pt/application/conteudo/530981>
- Ministério de Instrução Pública. (1931b). Decreto n.º 20690. Em *Diário do Governo n.º 300/1931, Série I de 1931-12-30*. (pp. 2778–2779). Diário da República Eletrónico. <https://dre.pt/application/file/513165>
- Ministério de Instrução Pública. (1931c). Nova Publicação (Rectificação). Em *Diário do Governo n.º 175/1931, Série I de 1931-07-30*. <https://dre.pt/application/conteudo/529644>
- Nascimento, J. C. do (Ed.). (1931). Arquivo Histórico do Município do Funchal. *Arquivo Histórico da Madeira*, 1(1), 1–3.
- Peixoto, A. M., Rodrigues, F., & Sabóia, J. (2011). Arquivos Municipais: Nótulas ao 3.º Inquérito. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 0(10), Art. 10. <https://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/5>
- Peixoto, A. M., Sabóia, J., & Peixoto, P. A. (2006). 2.º Inquérito aos Arquivos Municipais, apresentado no 7.º Encontro Nacional Arquivos Municipais (ENAM), Torres Vedras, abril, 2006. *Actas do Encontro Nacional de Arquivos Municipais*, 0(7), Art. 7. <https://bad.pt/publicacoes/index.php/arquivosmunicipais/article/view/91>
- Presidência do Conselho de Ministros. (2021). Decreto n.º 18-A/2021, de 7 de julho. Em *Diário da República n.º 130/2021, 1º Suplemento, Série I de 2021-07-07*. <https://data.dre.pt/eli/dec/18-a/2021/07/07/p/dre/pt/html>
- Silva, C. G. da. (2021). Investigação documental. Em S. Gonçalves, J. P. Gonçalves, & C. G. Marques (Eds.), *Manual de investigação qualitativa: Conceção, análise e aplicações* (pp. 103–123). Pactor.
- Silva, C. G. da, Gonçalves, J. P., Corujo, L., & Revez, J. (Eds.). (2023). *Os profissionais de informação nos arquivos municipais em Portugal: Identificação e caracterização: Vol. Ciência Aberta (2)*. Centro de Estudos Clássicos, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa & Edições Colibri, em parceria com a BAD – Associação Portuguesa de Bibliotecários, Arquivistas, Profissionais da Informação e Documentação.

7 NOTAS

¹ Atualmente, Biblioteca Pública e Arquivo Regional de Ponta Delgada (BPARPD).

² Hoje, Biblioteca Pública e Arquivo Regional Luís da Silva Ribeiro (BPARLSR).

³ Hoje, Biblioteca Pública e Arquivo Regional João José da Graça (BPARJJG).

⁴ A partir do portal dos Arquivos Regionais dos Açores (Governo Regional dos Açores, 2023), apuramos as seguintes câmaras municipais (à exceção dos extintos municípios): Horta (BPARJJG); Vila do Porto, Nordeste, Povoação, Ribeira Grande e Ponta Delgada (BPARPD); Santa Cruz Graciosa, Angra do Heroísmo, Velas, Calheta, Praia da Vitória (BPARLSR).

⁵ Siglas utilizadas CI: Ciência da Informação; TS: Técnico Superior; CT: Coordenador Técnico; AT: Assistente Técnico; AO: Assistente Operacional.